



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAMILA ALVES DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO ANALFABETISMO:

Um estudo no período 2015-2018

RECIFE

2021

CAMILA ALVES DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO ANALFABETISMO:

Um estudo no período 2015-2018

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciada em Pedagogia, orientada pela Prof.^a Dra. Maria Aparecida Tenório Salvador.

RECIFE

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

CAMILA ALVES DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO ANALFABETISMO:

Um estudo no período 2015-2018

Data da Defesa: 08 /07/2021

Horário: 09 horas

Local: Google Meet - <https://meet.google.com/zkq-khts-eqj>

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Tenório Salvador - Orientadora

Prof.^a Dra. Ana Catarina dos Santos Pereira Cabral - Examinadora Interna

Prof.^a Dra. Dilian da Rocha Cordeiro - Examinadora Externa

Resultado: (X) Aprovada

() Reprovada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586p Silva, Camila Alves da
Políticas públicas de enfrentamento ao analfabetismo: um estudo no período 2015-2018 / Camila Alves da Silva. - 2021.
59 f.
- Orientadora: Maria Aparecida Tenorio Salvador.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Pedagogia, Recife, 2021.
1. Alfabetização. 2. Política Pública. 3. Educação. 4. Formação de professores. I. Salvador, Maria Aparecida Tenorio, orient. II. Título

Dedico esta monografia a Deus, o Pai das Luzes, de onde provém toda boa dádiva. À minha querida orientadora, uma inspiração, um exemplo de responsabilidade e de amor pelo que faz. Ao meu saudoso padrinho, meu maior incentivador, e à minha mãe, por sempre ensinar-me o caminho em que devo andar.

Sim, coisas grandiosas fez o Senhor por nós, por isso estamos alegres.

Salmos 126:3

Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês, diz o Senhor, planos de dar a vocês esperança e um futuro.

Jeremias 29.11

Gostaria de agradecer e dedicar esta monografia às seguintes pessoas:

Primeiramente, a Deus, pois sem Ele, nada posso fazer. Vi a Sua mão guiando-me, em todos os momentos, concedendo-me a força necessária para prosseguir. Ele, que é o meu mover e existir, que receba a glória para Si.

Ao meu saudoso padrinho, Edmilson Cândido Alves, que sonhou comigo e participou de uma parte desta trajetória na universidade, almejava ver minha formatura, mas mesmo que não tenha podido vivenciar este momento, levo seu incentivo e ensinamentos em meu coração.

À minha família, especialmente, à minha mãe, o meu maior exemplo de força e coragem.

Aos meus amigos que se alegraram comigo assim que comecei esta jornada, singularmente, ao meu cunhado, um exemplo para mim, obrigada por toda a alegria na realização deste sonho.

A Séfora e Raissa, companheiras de estudo, conselheiras. Muito obrigada por me amarem em todos os momentos, serem uma irmã na adversidade e tornarem o viver muito mais leve.

Ao querido Pedro Moura, minha gratidão por todo encorajamento repleto de tanto amor, sua companhia e confiança fizeram-me seguir adiante e ver as habilidades que eu não acreditava que tinha.

À minha orientadora, Dra. Maria Aparecida Tenório, que é para mim uma referência de profissional, exemplo de intrepidez. Admiro-lhe desde que cheguei neste curso e assim será até findar minha carreira nesta vida. Meu agradecimento por todo o tempo dedicado, cada conselho, e confiança em mim, nossos encontros sempre reabasteceram minhas esperanças.

... porque nEle vivemos, e nos movemos, e existimos... (*Atos 17.28*)

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar os efeitos das políticas públicas de enfrentamento ao analfabetismo no Brasil, no período de 2015 a 2018 e apresenta os resultados da pesquisa a partir de um estudo do campo conceitual e histórico da alfabetização no contexto brasileiro. De natureza quali-quantitativa, a coleta de dados da pesquisa foi acessada por meio da análise documental, utilizando-se de marcos regulatórios, leis e textos históricos. Para exame dos dados obtidos foi utilizada a Análise Documental, buscando compreender os aspectos registrados nos documentos utilizados na pesquisa.

No ano de 2015, o número de analfabetos no Brasil era de 12,9 milhões, correspondendo a 8% da população. O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, na sua Meta 9, pretendia chegar, no ano de 2015, a 6,5% no percentual de analfabetos. No período estabelecido na pesquisa, que resultou neste trabalho, foi apontada uma queda na taxa de analfabetismo, porém a referida meta não foi cumprida, chegando a 6,6% no ano de 2018, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e publicada em 2019.

Os resultados possibilitaram destacar questões como: a necessidade de garantia dos direitos dos alfabetizandos de avançarem no processo educativo, ampliação dos recursos que possibilitem o desenvolvimento das políticas de alfabetização no Brasil, assim como, investimento nos processos de formação continuada de professores alfabetizadores.

Palavras-chave: Alfabetização. Política pública. Educação. Formação de professores.

RESUMEN: El presente trabajo tiene por finalidad analizar los efectos de las políticas públicas de enfrentamiento al analfabetismo en Brasil, en el período de 2015 a 2018 y presenta los resultados de la investigación partiendo de un estudio del campo conceptual e histórico de la alfabetización en el contexto brasileño. De naturaleza cuali-cuantitativa, la recolección de datos de la investigación fue accedida por medio del análisis documental, utilizándose de marcos regulatorios, leyes y textos históricos. Para el examen de los datos obtenidos se utilizó el análisis documental, buscando comprender los aspectos registrados en los documentos utilizados en la investigación.

En el año de 2015, el número de analfabetos en Brasil era de 12,9 millones, que corresponde a 8% de la población. El Plan Nacional de Educación, en su Meta 9, pretendía llegar, en el año de 2015, al 6,5% en el porcentaje de analfabetos. En el período establecido en la investigación (2015-2018), que resultó en este trabajo, fue apuntada una caída, casi insignificante, en la tasa de analfabetismo, pero la dicha meta no fue cumplida, llegando a 6,6%, en el año de 2018, de acuerdo con la Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada por el Instituto Brasileiro de Geografía e Estadística (IBGE), que realizó la publicación en 2019. Los resultados posibilitaron destacar cuestiones como: la necesidad de garantía de los derechos de los alfabetizandos de avanzar en el proceso educativo, ampliación de los recursos que posibiliten el desarrollo de las políticas de alfabetización en Brasil, así como, investimento en los procesos de formación continua de profesores alfabetizadores.

Palabras clave: Alfabetización. Política pública. Educación. Formación del profesorado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de analfabetos no Brasil entre 15 anos ou mais.....p. 24

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo / Países da América do Sul.....p. 49

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

ANA- Avaliação Nacional da Alfabetização

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo Nacional da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MES - Ministro da Educação e Saúde

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização PNE - Plano Nacional de Educação

MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

PAS - Programa Alfabetização Solidária

PMALFA - Programa Mais Alfabetização

PNA – Política Nacional de Alfabetização

PNAIC - Pacto Nacional da Alfabetização pela Idade Certa

SEA – Sistema de Escrita Alfabética

SEALF- Secretaria de Alfabetização

SECADI- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

RESUMO
RESUMEN
LISTA DE TABELAS
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Problema de pesquisa	13
Objetivos.....	14

CAPÍTULO I – ALFABETIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRA.....15

1- Breve histórico da educação no Brasil.....	15
2- A contribuição freireana para a educação brasileira.....	24
3- Discutindo alfabetização e letramento.....	26
3.1- Alfabetismo e Analfabetismo.....	27
4- Políticas públicas de alfabetização no Brasil.....	28
4.1- Programa Brasil Alfabetizado.....	29
4.2- Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).....;	30
4.3- Programa Mais Alfabetização	30
5- Financiamento da Educação.....	31
5.1- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).....	32
5.2- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).....	33
6- Plano Nacional de Educação (PNE).....	34

CAPÍTULO II – CAMINHANDO SE FAZ O CAMINHO:

METODOLOGIA	37
1- Natureza, meios e instrumentos de pesquisa.....	37
2- Universo pesquisado.....	38
3- Metodologia de Análise de resultados.....	39

CAPÍTULO III – ANALISANDO AS (DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO:.....41

1. Políticas públicas de enfrentamento ao analfabetismo no Brasil, desenvolvidas e em desenvolvimento, no período de 2015 a 2018.....	41
1.1 - Programa Brasil Alfabetizado (PBA)	41
1.2 - Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).....	43
1.3- Programa Mais Alfabetização (PMALFA)	45
2- As políticas públicas de alfabetização e o PNE/2014.....	46
3- O analfabetismo no Brasil nos anos finais da segunda década do século XXI.....	48
Conclusão.....	51
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar os avanços e retrocessos das políticas públicas de alfabetização no Brasil, no período de 2015 a 2018, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para isso, faz-se necessário compreender, ainda que breve, o histórico da educação no Brasil, as políticas públicas voltadas para a alfabetização, e o campo conceitual da alfabetização.

A Meta 9 do Plano Nacional da Educação (2014) tem o objetivo de “ Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto”. Vale esclarecer que até o ano de 2014 o percentual de analfabetos no Brasil era de 8,3%, ou seja, o Brasil contabilizava 13,2¹ milhões de brasileiros analfabetos. Entretanto, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação (15/07/2020), a taxa de analfabetismo no Brasil “passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019²”, apresentando assim, uma tímida diminuição, visto que o país segue apresentando o número de mais de 11 milhões de analfabetos, não atingindo a taxa estabelecida pelo PNE.

Compreender o fenômeno da alfabetização e do analfabetismo, no contexto brasileiro, requer entender os múltiplos aspectos que o circundam.

De acordo com Soares (2016, p. 328), entende-se por alfabetização:

[...] aprendizagem de um sistema de representação que se traduz em um sistema de notação que não é um “espelho” daquilo que representa, uma vez que é arbitrário – a relação entre as notações (as letras) e aquilo que representam (os fonemas) não é lógica nem natural – e é um sistema regido por normas – por convenções e regras.

Em oposição à alfabetização, tem-se o analfabetismo que, segundo Ferraro (p.1), é entendido como “[...] a condição de quem não conheça o alfabeto ou não saiba ler e escrever”, aqui fala-se de um analfabetismo absoluto.

¹ Taxa de analfabetismo cai 4,3 pontos percentuais em 14 anos, diz o IBGE. G1, São Paulo, 13 de novembro de 2015. Disponível em: <[² TOKARNIA, Mariana. Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões sem ler e escrever. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 15 de julho de 2020, Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>> Acesso em 24 de março de 2021.](http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/taxa-de-analfabetismo-cai-43-pontos-percentuais-em-14-anos-diz-ibge.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20entre,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).> Acesso em 29 de abril de 2020.</p></div><div data-bbox=)

Por alfabetização funcional, segundo Vóvio (2002, p. 1)³, compreende-se como um “[...], processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para fins específicos, para a realização de tarefas cotidianas, do âmbito profissional e da convivência comunitária”.

Quanto ao analfabetismo funcional, Leite e Cadei (2016, p.14) explicam que o analfabeto funcional é definido como aquele que “[..] sabe ler, contar, escrever frases simples, mas não é capaz de interpretar textos e colocar ideias no papel”.

Além do processo de alfabetização, ocorre um seguimento nesta aprendizagem, denominado por “Letramento”. Letramento, segundo Soares (1998, p. 18), é “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. Ou seja, o letramento vai além da decodificação, e corresponde ao domínio e interpretação da língua escrita, observando, assim, que, embora diferentes, são dois processos intrínsecos.

Neste trabalho a compreensão de alfabetização está baseada na perspectiva teórica defendida por Magda Soares (1998, p. 31), para quem alfabetizar significa: “tornar o indivíduo capaz de ler e escrever”, ou seja, “a ação de alfabetizar, de tornar "alfabeto”.

A partir dos dados do IBGE e do INEP, é possível perceber que a questão da alfabetização no Brasil ainda é um robusto desafio a ser enfrentado, sobretudo devido à estagnação das políticas públicas educacionais que visem à superação do analfabetismo.

A complexa questão do analfabetismo no Brasil tem provocado na pesquisadora, deste trabalho, muitas inquietações, e estas deram origem ao seguinte problema de pesquisa: Quais os efeitos das políticas públicas de alfabetização, desenvolvidas e em desenvolvimento, no período 2015 a 2018, nos índices de analfabetismo no Brasil?

O presente trabalho está organizado em introdução, capítulo teórico denominado como “Alfabetização e políticas públicas de educação no Brasil”, consecutivamente, explanando o caminho metodológico utilizado, e, por fim, explicitando os resultados

³Verbetes retirado do Glossário CEALE: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Faculdade de Educação da UFMG. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita CEALE. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-funcional>>.

encontrados no capítulo de análise titulado como “Analisando as (des)continuidades das políticas de alfabetização”.

A escolha do recorte temporal para a pesquisa se justifica, sobretudo, devido ao conturbado momento político vivido pelo Brasil, que iniciava com o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, eleita, legitimamente, no ano de 2014, e o golpe estabelecido no ano de 2016.

Diante desta problemática, foram elaborados os seguintes objetivos:

Objetivo geral: analisar os efeitos das políticas públicas de enfrentamento ao analfabetismo no Brasil, no período de 2015 a 2018.

Objetivos específicos:

1. Compreender a histórica questão do analfabetismo no Brasil e o campo conceitual que envolve a alfabetização;
2. Identificar as políticas de alfabetização no Brasil no período delimitado para estudo;
3. Proceder a uma leitura sobre os efeitos da (des)continuidade das políticas públicas de alfabetização, a partir dos órgãos oficiais e marcos legais.

A relevância do presente estudo se encontra na possibilidade de problematizar os dados recentes sobre as políticas de alfabetização desenvolvidas, e em desenvolvimento, no período 2015-2018. E, ainda, propiciar o debate acerca das razões para o expressivo número de analfabetos no Brasil.

É necessário atentar para os interesses por trás da inflexão e do expressivo número de analfabetos existentes, e compreender que esses sujeitos se consideram sem voz mediante a inabilidade em ler e escrever, reforçando a questão histórica do analfabetismo no Brasil.

CAPÍTULO I: Alfabetização e políticas públicas de educação no Brasil.

Para compreensão das políticas públicas de educação, destacadamente da alfabetização, no Brasil, faz-se necessário compreender o processo histórico da educação no país, assim como, o campo conceitual da alfabetização e suas derivações (analfabetismo, alfabetização funcional, etc.) e das políticas públicas de educação.

1- Breve histórico da educação no Brasil:

Caminhos e descaminhos foram traçados ao longo da história do processo de alfabetização no Brasil. No período colonial, mais precisamente, em 1549, na expedição de Tomé de Sousa, chegam os primeiros jesuítas à nova colônia lusitana para a expansão de sua fé num contexto de Contrarreforma Católica. Segundo Araújo (1999, p. 36):

A segunda metade do século XVI, a instituição missionária dos jesuítas no Brasil constituem, assim, o surgimento de nossa formação cultural, o movimento possível de ideias e de livros, a vontade contingente da cultura. Afinal, foram os padres da Companhia que nos trouxeram o alfabeto, o latim, a gramática e a literatura de fundo místico e ascético.

Esta ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola visava a conversão ao catolicismo dos índios que aqui se encontravam. Mais do que conter o avanço do Protestantismo na Europa, tinham em mente a catequização indígena visando aos interesses da Ordem, assim como, os do Estado. Segundo Azevedo (1996, p. 546), a organização institucional jesuítica pautava-se numa poderosa homogeneidade e, tal projeto, fora “edificado em todo o litoral fundiário, com ramificações pelas matas e pelo planalto, e cujos colégios e seminários foram, na Colônia, os grandes focos de irradiação de cultura”.

Os jesuítas criaram um plano de estudos denominado *Ratio Studiorum*, que correspondia a um conjunto de leis e normas que estavam coligadas com o modo de educar e ensinar jesuítico - tinha 467 regras, regras dentro de regras, era de caráter universalista por ser uma educação igual para todos os colégios jesuítas do mundo e, também, elitista, por haver a exclusão dos indígenas, escravos, trabalhadores comuns, entre outros, sendo assim, esse modelo de educação era destinado a uma pequena parcela da sociedade que sabia ler e escrever, parcela esta composta pelos detentores dos poderes econômico e político. Os padres jesuítas adaptaram-se à língua tupi como

forma de atrair os indígenas, ensinando, assim, a língua portuguesa, e tendo a alfabetização como meio imprescindível para a catequização⁴.

A alfabetização, ou instrução, promovida pelos Jesuítas fez parte do contexto de ocupação do novo território pela igreja e pelo Estado Português.

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p 43).

Entretanto, em 1759, os Jesuítas foram expulsos das terras lusitanas e teve início a denominada Era Pombalina. O secretário de Estado do Reino Português, o Marquês de Pombal, possuía os princípios iluministas, ou seja, princípios baseados na racionalidade acima da fé, tais princípios estavam dominando os países da Europa.

Em substituição ao período colonial, o Brasil viveu a monarquia com o período Imperial (1822-1889), no qual ocorreu a promulgação da primeira Constituição do Brasil em 1824, e que sobre a educação visava a universalização da instrução primária:

A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, entre outras maneiras, pela 'instrução primária gratuita a todos os cidadãos' (nº 32) (BRAGA E MAZZEU apud RIBEIRO, 2017, p. 31).

A intenção de universalização da instrução primária não se tornou realidade, visto que, sendo a sociedade escravocrata, havia escravos em quase todos os setores da sociedade, não sendo interesse dos detentores dos poderes político e econômico se livrarem dessa mão de obra gratuita, e para a manutenção desses poderes, os escravos, os índios, por exemplo, não poderiam ter acesso à educação.

No ano de 1835 dá-se a criação da primeira escola normal, instituída pelo Decreto nº 10, em 10 de abril de 1835, na Província do Rio de Janeiro, em Niterói. De acordo com Villela (2008, p. 33), a escola “atraía a atenção dos dirigentes sobretudo por seu sistema disciplinar, fortemente baseado nas ideias de hierarquia e ordem, valorizadas

⁴Nesse trabalho a catequização é compreendida a partir do pensamento de Saviani (2007) que descreve tais técnicas de catequização como inseridas numa ideia pedagógica denominada “pedagogia brasílica”, que definiu-se como a orientação que os jesuítas queriam implantar assim que chegaram ao Brasil, em 1549, sob a chefia do Padre Manuel de Nóbrega (que utilizava-se do idioma tupi, dirigindo-se aos nativos e colonos), mas, no qual, iniciava os estudos com o ensino do português para os índios e o ensino da doutrina cristã, seguido da escola de ler e escrever. SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

pelo projeto conservador”. A escola normal é compreendida como o primeiro projeto oficial de formação de professores no Brasil.

Na segunda metade do século XIX o ensino continua sendo excludente, ou seja, indígenas, escravos, pessoas não vacinadas, com moléstias, não poderiam contar com este preparo educacional, tendo como resultado o aumento do analfabetismo.

Os cursos de alfabetização de adultos ofertados por intermédio do Decreto nº 7.031-A⁵, de 6 de setembro, criados em 1878, eram tomados de dificuldades que levavam os educandos a desistir de aprender. Como explica Braga e Mazzeu (2017, p.33):

Nos artigos estavam previstas regras disciplinares rígidas com um sistema de punições e recompensas, aulas diárias com duração de apenas duas ou três horas (a duração estava diretamente relacionada com a estação do ano: duas horas no verão e três horas no inverno). Ao final do curso o aluno era submetido a uma prova escrita (apenas 30 minutos de duração) com o conteúdo lecionado durante o decorrer de todo o ano, uma prova oral pública e banca examinadora que aprovaria ou reprovava o aluno através de votos [...].

Nesse contexto, surgem as escolas protestantes, visando a alfabetização, gerando, de acordo com Braga e Mazzeu (2010, p.33), uma visão de alfabetização “muitas vezes assistencialista (ligada à ideia de caridade cristã)”, provocada pela ausência do Estado, que não cumpria seu dever, terceirizando a responsabilidade que lhe era devida.

Em 1879, com o Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, da reforma de Leôncio de Carvalho, ocorre a criação de jardins de infância, mas o Estado, mediante Decreto, anuncia a sua desobrigação a oferecer a educação escolar, a não ser a higiene: “E' completamente livre o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império, salvo a inspecção necessária para garantir as condições de moralidade e hygiene”.⁶(Decreto nº 7.247/1879, Art. 1º).

Na primeira República (1889-1930), não ocorreram grandes modificações no sistema educacional e a população de analfabetos era tida como incapaz. Em 1891, permaneceu preservada a restrição do voto ao analfabeto, como forma de dominância,

⁵ Decreto n 7.031-A, de 6 de setembro de 1878. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-norma-pe.html>> Acesso em 7 de maio de 2021.

⁶ Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>> Acesso em 17 de maio de 2020.

que de acordo com a Lei Saraiva, Decreto nº 3.029⁷, de janeiro de 1881, o direito ao voto era concedido a quem soubesse ler e escrever, ou seja, “*Os habilitados com diplomas científicos ou litterarios de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos*”⁸. Sendo assim, os anarquistas e socialistas começaram a lutar para formar homens livres e solidários, com a visão de que o analfabetismo era um obstáculo para a transformação da sociedade.

Em 1915, houve a criação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, que defendia a obrigatoriedade do ensino primário, visando um país livre do analfabetismo em 7 anos. Segundo Braga e Mazzeu (2017, p. 36) “Quanto aos resultados, a redução foi um decréscimo anual de 5%, conseguindo uma taxa de 65% de analfabetos”.

Em 1932, ocorreu um manifesto denominado “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, que contribuiu com o artigo 150, da Constituição de 16 de julho de 1934: “Compete à União: fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País”; e o artigo 152⁹:

Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

A criação do Conselho Nacional de Educação foi uma importante medida para o avanço da educação brasileira, inclusive para abrigar as questões do analfabetismo. Todavia, o primeiro Plano Nacional de Educação surge em 1962, e trazia objetivos a serem alcançados no período de oito anos.

Ainda na década de 1930 é criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a partir da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, pelo Ministro da Educação e Saúde (MES), Gustavo Capanema. Em 1938, tendo à frente do ministério, o professor Lourenço Filho, o INEP deixa claro o seu objetivo de proporcionar políticas públicas e a melhoria no ensino, assumindo as várias atribuições

⁷ Decreto nº 3.029, de janeiro de 1881. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-norma-pl.html>> Acesso em 7 de maio de 2021.

⁸ Decreto nº 3.029 de janeiro de 1881. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>> Acesso em 17 de maio de 2020.

⁹ Artigo 150 e 152 da Constituição de 16 de julho de 1934. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em 7 de julho de 2020.

que a ele foram adicionadas a partir do Decreto Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, que no art. 2º explica que ao INEP cabe:

Organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas; manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos; promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos; divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas¹⁰.

Em 1952, Anísio Teixeira assume a direção do INEP, e declara em seu discurso de posse:

Esforçar-nos-emos por aplicar métodos objetivos e, quando possível, experimentais, mas tudo conduziremos com o sedimento profundo do caráter provisório do conhecimento, mesmo quando ou, talvez, sobretudo, quando científico. A ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas, mas o itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constante reconstrução, a que não faltará, contudo, a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes, como na consciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. Será por êste modo que o Instituto pensa se deixar conduzir pelo método e espírito científico¹¹.

Entre 1958 e 1964, ocorreram variados programas sociais e mobilizações populares. Começaram a surgir novas concepções sobre o analfabetismo estimuladas pela urbanização e industrialização.

Dentre os movimentos deste período, destaca a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (1961), e as experiências de alfabetização criadas e coordenadas pelo educador Paulo Freire, sobretudo a experiência em Angicos - RN (1963).

No Governo de João Goulart, o Jango, entre 1961 e 1964, foi lançada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 4024/1961). Nesta LDB, a

¹⁰ Decreto-lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De10580.htm> Acesso em 17 de maio de 2020.

¹¹ Discurso de posse de Anísio Teixeira em 1952. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/discurso2.html>> Acesso em 17 de maio de 2020.

escola, de acordo com Montalvão (2010, p. 36) era “colocada no centro das preocupações, a escola era vista como extensão da educação dada em casa, como mecanismo equalizador das educações proporcionadas em diferentes lares”.

No ano de 1964, ocorre o Golpe Militar que, entre outras questões, volta-se à educação fazendo severas mudanças na LDB, e, conseqüentemente, nos programas de alfabetização como, por exemplo, substituindo o Programa Nacional de Alfabetização, baseado no Sistema Paulo Freire, pelo chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, vigorando fortemente até o ano de 1978.

O MOBRAL, segundo Ribeiro, Nakano, Joia e Haddad (1993, p. 11), utilizava-se das “[...] palavras geradoras ilustradas por codificações a partir das quais se desenvolvem discussões; desmembramento da palavra em sílabas, apresentação das famílias silábicas com as quais o alfabetizando cria novas palavras”. Contudo, essas palavras não estavam inseridas no contexto dos estudantes que buscavam a alfabetização, o que dificultava a compreensão, diferente do sistema freiriano que utilizava as palavras geradoras para o desenvolvimento de uma criticidade política, no qual aproveitava-se das experiências vivenciadas, para que ocorresse, verdadeiramente, a compreensão dos conhecimentos, tornando os sujeitos ativos e atuantes na sociedade da qual faziam parte, tornando conhecida a relação entre oprimido e opressor, suscitando a luta social.

No MOBRAL, qualquer um que soubesse ler e escrever poderia exercer a função de alfabetizar, e era cada vez mais comum a propagação errônea da imagem de quem ainda não tinha se apropriado da escrita. Os últimos anos do MOBRAL foram marcados por situações polêmicas, o que levou à sua extinção em 1985 com o fim do governo militar.

Em substituição ao MOBRAL surge a Fundação Educar, em 1985, que de acordo com o Artigo 1º do Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985¹²:

Art. 1º. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, instituída pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do artigo 4º da Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente.

¹² Artigo 1º do Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 04 de setembro de 2020.

A Fundação EDUCAR estendeu-se até 1990, quando foi extinta pelo governo Collor. Esse governo mostrou-se ausente por não suprir as necessidades da população que demandava a alfabetização.

Com a Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 214¹³, é instituída a obrigatoriedade de um Plano Nacional de Educação, na forma de lei e a longo prazo:

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (EC no 59/2009)

- I– Erradicação do analfabetismo;
- II– Universalização do atendimento escolar;
- III– Melhoria da qualidade do ensino;
- IV– Formação para o trabalho;
- V– Promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

No final da década de 1980, surge, em prol da alfabetização, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), tendo como vínculo o Estado-sociedade. Já na década de 90, em 1997, o Programa Alfabetização Solidária (PAS).

O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), surge em 1989, durante a gestão de Paulo Freire na secretaria municipal de educação de São Paulo e de acordo com Gadotti (2008, p.105):

O Projeto MOVA-Brasil é muito abrangente. Seguindo a tradição freiriana, o seu conceito de alfabetização é amplo e está associado às condições concretas dos alfabetizandos de emprego, renda e promoção humana. Na metodologia do Projeto MOVA-Brasil não se separa formação intelectual, mobilização, organização social e trabalho. Ele inclui tanto a dimensão política quanto a discussão de temas geradores, ligados à melhoria das condições de vida da comunidade, que podem estar ligados à construção de hortas comunitárias, de uma estrada, de uma ponte, de um barraco de lona, de um tanque de peixes, assim como outras experiências: artesanato, reciclagem de resíduos sólidos, a criação de um grupo estudos, de uma cooperativa, da mobilização para a instalação de uma biblioteca pública comunitária etc.

¹³Artigo 214 da Constituição de 1988. Disponível em : https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em 7 de julho de 2020

O Programa Alfabetização Solidária (PAS), criado em 1997, foi bastante criticado diante de muita agilidade na ação de alfabetizar por meio de pessoas que não estavam devidamente preparadas. Tal ensino ocorrido neste período, era excludente, visando somente a preparação da mão de obra para garantia de empregos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), que foi elaborado em 1996, teve seu período de vigência de 2001, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, até 2010, de acordo com o artigo 1º, da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, no qual ficou “*aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.*”. O novo PNE, que deveria entrar em vigor em janeiro de 2011, começou a vigorar no dia 25 de junho de 2014, a partir da promulgação da Lei nº 13.005¹⁴, de 25 de junho de 2014, ou seja, o PNE teve um significativo atraso, provocado pelos questionamentos e embates políticos voltados ao financiamento e investimento da educação no Brasil.

Em janeiro de 2001, com a lei nº 10.172, de 9 de janeiro, foram adicionadas algumas outras providências quanto ao Plano Nacional de Educação:

Art. 3º A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação. § 1º O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação. § 2º A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta Lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções. Art. 4º A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.¹⁵

No ano de 2000, segundo o IBGE (2010¹⁶), o Brasil contabilizava mais de 16 milhões de analfabetos entre 15 anos ou mais. Em 2003, a partir da promoção de políticas públicas educacionais, como a criação do Programa Brasil Alfabetizado, em

¹⁴Lei n 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 7 de maio de 2021.

¹⁵ Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 4 de setembro de 2020.

¹⁶ IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país:** Em 1940 e 2000 Brasil tinha 16,4 milhões de analfabetos. Censo 2010. Comunicação Social. 25 de maio de 2007. Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=892&t=estudo-revela-60-anos-transformacoes-sociais-pais&view=noticia>> Acesso em 15 de junho de 2021.

2005, Braga e Mazzeu (2017, p.44), afirmam que: “No período de 2005 a 2015, o número de analfabetos diminuiu em cerca de 2,5 milhões, uma média de 250 mil por ano”.

Em 2005, foi criado também o Programa denominado “Pró-Letramento – Mobilização pela qualidade da educação”, definindo-se como “*um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental.*”¹⁷.(2010, p.1) Foi realizado pelo Ministério da Educação e um de seus objetivos era “*oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa e matemática*” (2010, p.1), contando, para isso, com as Universidades, Secretarias de Educação e Escolas Públicas da educação básica.

A partir da luta para a implementação do novo PNE, além dos contingenciamentos que a educação tanto sofre, apontando para a descontinuidade das políticas públicas educacionais, é um grande desafio a construção de uma educação pública fortalecida, dirigida ao enfrentamento do analfabetismo. A meta 20 do PNE que tem como objetivo “*Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio*”, tem se apresentado como um grande desafio, pois, de acordo com o Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020, os resultados foram “de relativa estagnação dos gastos em torno de 5% e 5,5% do PIB, com indicativo de pequena queda, indicam grande desafio para o atingimento das metas intermediária e final.”.

Com isso, o Brasil continua carregando uma herança triste no que se refere à alfabetização de milhões de pessoas que compõem a sociedade brasileira, visto que permanece elevado o índice de brasileiros que não dominam a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas, ou seja, consequência de expressiva negligência secular com a questão da educação do país. Segundo Freire (1981, p,15,16): “[...] o analfabetismo não é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”.

¹⁷ Guia do Pró-Letramento, 2010. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/30.pdf>> Acesso em 19 de julho de 2017.

Com isso, na segunda década do século XXI, percebe-se o urgente compromisso a ser assumido pelo Estado brasileiro com os mais de onze milhões de brasileiros analfabetos.

Tabela 1: Números de analfabetos no Brasil entre 15 anos ou mais

Período	População	N.º de Analfabetos	Percentual%
1992	154,3 milhões	27,8 milhões	17,2%
1995	162 milhões	26, 4 milhões	15,5%
2005	186,1 milhões	15,1 milhões	11,1%
2015	204,5 milhões	12,9 milhões	8,0%
2016	206,2 milhões	11,8 milhões	7,2%
2017	207,8 milhões	11,5 milhões	7,0%
2018	209,5 milhões	11, 2 milhões	6,8%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso: julho/2020

2 - A contribuição Freireana para a educação brasileira:

Ao falar-se em educação no Brasil, especialmente, no que tange à alfabetização, imediatamente, surge o nome do Professor Paulo Freire, não à toa considerado o Patrono da educação brasileira.

Paulo Reglus Neves Freire, nascido em Recife, no ano de 1921, presenciou, desde cedo, as dificuldades da população daquela localidade. Uma dessas dificuldades era a ausência de escolarização e um alto índice de analfabetos, não só no município do Recife, como na região nordeste do Brasil. Freire dedicou-se à educação, sobretudo à alfabetização, por acreditar que a educação contribui para a emancipação dos homens e das mulheres. De acordo com Gadotti (2000, p.2) "Ele foi quase tudo o que deve ser como educador, de professor de escola a criador de ideias e "métodos"."

Freire expressava, por meio de suas ideias e filosofia educacional, a união da teoria com a prática que resultava em um trabalho verdadeiro. Em 1963, na cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, ficou conhecido por alfabetizar cerca de 300 estudantes adultos em 40 horas. Explicando sobre a sua forma de alfabetizar adultos, Gadotti (1996, p. 37) explicita:

O “convite” de Freire ao alfabetizando adulto é, inicialmente, para que ele se veja enquanto homem ou mulher vivendo e produzindo em determinada sociedade. Convida o analfabeto a sair da apatia e do conformismo de “demitido da vida” em que quase sempre se encontra e desafia-o a compreender que ele próprio é também um fazedor de cultura, fazendo-o apreender o conceito antropológico de cultura. O “ser-menos” das camadas populares é trabalhado para não ser entendido como desígnio divino ou sina, mas como determinação do contexto econômico-político-ideológico da sociedade em que vivem.

Um dos programas que tiveram como base o seu “método” foi o Programa Nacional de Alfabetização, criado no governo de João Goulart, em 21 de janeiro de 1964, por intermédio do Decreto nº 53.465, que informa em seu Art. 1º: “Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire”. Paulo Freire torna-se, então, coordenador do referido programa.

Por desenvolver um processo de alfabetização que estava para além da decodificação de códigos linguísticos, ou seja, alfabetizando cultura e politicamente, em 1964, com o golpe militar, Freire é preso e exilado, justamente por lutar “para que um grande número de brasileiros e brasileiras tivesse acesso a este bem a eles negado secularmente: o ato de ler a palavra lendo o mundo”. (Gadotti, 1996, p. 40)

Freire recebeu o título de *doutor honoris causa* de vinte e sete universidades do mundo, como Oxford, Cambridge e Harvard, nesta última foi professor convidado. Durante a década de 1970 foi Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça).

No ano de 1980, Freire retorna ao Brasil e, em 1989, torna-se Secretário de Educação do Município de São Paulo.

Dentre algumas de suas obras, destacam-se: *Pedagogia do Oprimido* (1968), *Cartas à Guiné- Bissau* (1975), *Pedagogia da esperança* (1992) e *Pedagogia da Autonomia* (1997).

Em 1997, no mesmo ano da publicação do livro “*Pedagogia da Autonomia*”, Freire faleceu vítima de um infarto do miocárdio. Em 2012, por meio da Lei 12.612, de 13 de abril de 2012, de autoria da Deputada Federal Luíza Erundina, Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira.¹⁸

¹⁸Citação retirada da Cátedra da UFRJ, disponível em: <http://www.eicos.psychology.ufrj.br/anexos/port_paulfr.htm> Acesso em 17 de maio de 2020.

3 - Discutindo alfabetização e letramento:

Muito tem se discutido sobre as aproximações e os distanciamentos entre os significados de alfabetização e letramento. Para esclarecer essa questão, a Professora Magda Soares, em entrevista ao portal Desafios da Educação¹⁹ (2019), afirma:

Em primeiro lugar, não se pode pretender, penso, que os brasileiros estejam hoje mais alfabetizados que antes, se se entender por alfabetização algo mais que saber codificar e decodificar. Em segundo lugar, julgo muito difícil separar alfabetização de letramento, no estágio atual das teorias da leitura e da escrita: a alfabetização, segundo essas teorias, se desenvolve em contexto de letramento, que dá sentido ao aprender a ler e escrever, portanto, ser alfabetizado supõe ter também pelo menos algum nível de letramento. O que se pode dizer é que os níveis de letramento, tal como os níveis de alfabetização, são ainda muito baixos na população brasileira, como têm mostrado os resultados de pesquisas sobre índices de alfabetismo (letramento).

A alfabetização é um processo gradual que se constrói a partir do ensino das habilidades em ler e escrever, como afirma Soares (2021, p. 27):

Alfabetização – processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas.

Desse modo, o letramento se refere à compreensão do que se lê, como se interpreta, a partir da sua experiência cotidiana, como define Soares (2021, p. 27): “Capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita”.

Contudo, o que significa alfabetizar letrando? Embora sejam conceitos diferentes, eles andam juntos, como afirma Soares (1998, p 47):

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

Mais do que saber ler e escrever, o indivíduo deve saber lidar em seu cotidiano com as práticas sociais da leitura e da escrita. O letramento antecede o processo de

¹⁹Desafios da Educação: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/alfabetizacao-letramento/> Acesso: 18/01/2020.

alfabetização, ou seja, a criança pode estar inserida num ambiente de letramento, antes de ingressar na escola.

Diante do exposto, não se pode afirmar que um conceito é mais importante do que o outro, visto que os conceitos de alfabetização e letramento, possuem uma relação de interdependência, ou seja, é imprescindível “alfabetizar letrando”. Segundo Soares (1998, p.47) alfabetizar é a “ação de ensinar/aprender a ler e a escrever” e letramento é “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”, vê-se os dois domínios como interdependentes entre si, ou seja, “alfabetizar letrando é ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de forma que os aprendizes se tornem, ao mesmo tempo, alfabetizados e letrados”. (Soares, 2000, p. 47).

Ao mesmo tempo que o estudante se apropria do sistema de escrita alfabética, o professor como mediador, proporciona-lhes o desenvolvimento da criticidade, assim como, busca estabelecer relações com as práticas sociais, nas quais estão inseridos os estudantes.

Como afirma Freire (1991, p.22): “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.

Deve-se praticar o educar para o sentido da escrita, oferecendo aos estudantes, situações de questionamentos, produções orais, aproveitando os acontecimentos cotidianos nos quais os sujeitos estão inseridos, estendendo às questões mais amplas.

3.1 - Alfabetismo e analfabetismo:

Cook-Gumperz (2008, p. 13) afirma que, “[...] a alfabetização é um fenômeno socialmente construído, e não a simples capacidade de ler e escrever”. Tomando tal pensamento, alfabetismo vai além da aprendizagem das técnicas da escrita e das práticas de leitura, mas inclui a produção de habilidades no estudante para utilização de tais técnicas e práticas nas diversas esferas de sua vida social, possibilitando-lhe a desenvoltura de sua criticidade, e aplicando-as em seu cotidiano. Todo esse processo concomitante, denomina-se “alfabetizar letrando”, pois, ao mesmo tempo em que se aprende a ler e a escrever, desenvolve-se o letramento, ou seja, as habilidades de ler, compreender e inferir nas práticas sociais.

Quanto ao analfabetismo, ao invés de ser tratado de modo que não haja estigmatização, vem sendo tratado de forma preconceituosa. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco (1980), é considerada analfabeta a pessoa:

Incapaz de exercer todas as atividades para as quais é necessário saber ler, para o bom funcionamento do grupo e da comunidade e também para que a pessoa continue a utilizar-se da leitura, da escrita e da aritmética em prol de seu próprio desenvolvimento e o da comunidade” (apud Garcia, 1990, p. 16)

E, é considerada alfabetizada funcional: “A pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.”. (INAF, 2005, p. 4)

O entendimento dessas concepções certamente contribuirá para o debate acerca da criação de políticas públicas comprometidas com o processo de alfabetizar letrando e com a erradicação do analfabetismo no Brasil.

4 - Políticas Públicas de Alfabetização no Brasil:

De maneira inicial, faz-se necessária uma compreensão acerca da função das políticas públicas, e assim, tomamos o pensamento de Souza (2003, p.13), para quem as políticas públicas se constituem em:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender, porque ou como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Quanto às políticas públicas educacionais, poder-se-ia dizer que são aquelas que contribuem para a construção de uma sociedade igualitária, qualitativa e cidadã, qualificando-se, por seu intermédio, a educação no Brasil, influenciando a vida de todos, como forma de construção de uma sociedade mais humana.

Embora a expressão possua bastante notabilidade na atualidade e se pense bastante sobre tal tema, não é sempre que os resultados obtidos mediante a criação de políticas e programas sejam satisfatórios, por não apresentar a qualidade necessária

para poder suprir às necessidades da população em geral, sem contar com os desafios que podem existir além do quadro escolar.

Concisamente, tais políticas educacionais devem estar concatenadas com a qualidade educacional e com a construção de um futuro, repleto de cidadania e com menos disparidades.

Compreende-se que, assim, as políticas públicas educacionais desempenhadas pelo Governo, podem ser benfazejas ou acarretar prejuízos para a sociedade, pois será a escola, instância social, afetada por tais decisões que reverberam na sociedade.

Como visto anteriormente, a Constituição de 1988 destaca a educação como direito de todos os cidadãos brasileiros e exige as devidas regulamentações para viabilidade desse direito. A LDBEN n.º 9394/1996 ratifica o direito à educação e anuncia as providências legais.

Desse modo, nos primeiros anos do século XXI o analfabetismo no Brasil foi enfrentado por políticas públicas educacionais como as que se pode ver a seguir, e que foram selecionadas para a pesquisa, por serem ações do Governo que estavam sendo desempenhadas no período delimitado para estudo, ou seja, 2015 a 2018. Algumas, como o Programa Brasil Alfabetizado e o Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), embora tenham sido criadas antes do determinado período, estavam sendo executadas nele.

4.1- Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003 com a finalidade descrita no Art. 1º: “Fica criado o Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação, com a finalidade de erradicar o analfabetismo no país”.

O Decreto nº 4.834, foi revogado e em seu lugar foi criado o Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, que define seu objetivo no Art. 1º: “O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais”.

O governo Lula herda o Brasil em 2003 com uma taxa de 11,8% de analfabetos, e, em 2016, é apresentada uma diminuição de 4,6%, ou seja, em 2016, apresentava-se um número de 7,2% (IBGE, 2017) de analfabetos. Apesar dos significativos resultados apresentados, o Programa Brasil Alfabetizado foi extinto em 2016 pelo Governo Temer.

4.2 - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), política pública implantada pelo Governo Federal em 2012, por meio do Ministério da Educação, surge tendo como enfoque o aperfeiçoamento profissional dos educadores que lidam com a fase da alfabetização. Tal necessidade surge como forma de assegurar que as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos, ou seja, até o 3º ano do ensino fundamental. De acordo com o Ministério de Educação, no Documento Orientador – PNAIC em Ação 2017 (2017, p.3):

O PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal e solidário assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Quando aderem ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), os professores alfabetizadores e orientadores de estudos recebem uma formação para atuarem nos respectivos anos de ensino.

4.3 - Programa Mais Alfabetização

O Programa Mais Alfabetização, criado em 2018, na vigência do Governo Temer, segundo a portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, dispõe que:

Art. 1º Fica instituído o Programa Mais Alfabetização, com o objetivo de fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.

E acrescenta:

Art. 2º O Programa tem por finalidade contribuir para: I - a alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental, por meio de acompanhamento pedagógico específico; e II - a prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização.

Esse apoio técnico e financeiro oferecido pelo Ministério da Educação seria durante cinco horas semanais para unidades escolares não vulneráveis e/ou de dez horas semanais para unidades vulneráveis. As unidades vulneráveis atendem os seguintes critérios, segundo a portaria:

I - em que mais de 50% dos estudantes participantes do SAEB²⁰/ANrHA²¹ tenham obtido resultados em níveis insuficientes nas três áreas da referida avaliação (leitura, escrita e matemática); e II - que apresentarem Índice de Nível Socioeconômico muito baixo, baixo, médio baixo e médio, segundo a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

O Programa Mais Alfabetização (PMALFA) nasce em meio à crise diante de números que mostravam baixos índices de alfabetização e baixa progressividade na aprendizagem matemática, apresentando formas de enfrentar esse desafio de modo assistencialista, simplista e paliativa, tendo em vista o cenário precário da Educação Básica Brasileira.

Ao final do ano de 2015 o Brasil contava com o total de 12,9 milhões de brasileiros analfabetos (8% da população), de acordo com o IBGE.

5. Financiamento da Educação

A viabilização das políticas públicas está condicionada à liberação de recursos, e nesse sentido “[...], a obrigação, quanto ao financiamento do Estado para a educação pública em todos os níveis e modalidades do ensino, fundamenta-se no fato de que a educação constitui um direito social, universal, conseqüentemente, dever do Estado” (FRANÇA, 2016, p.189). No espaço deste trabalho serão destacados os recursos do Fundo Nacional de Educação Básica (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o proposto no Plano Nacional de Educação (PNE).

²⁰ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) realiza análises para identificar como está a educação brasileira, assim como, o desempenho dos estudantes.

²¹ Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma análise realizada pelo Ministério da Educação para identificar os níveis de alfabetização nas escolas públicas do Brasil.

5.1 - Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB):

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado em 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Falar da criação do FUNDEB, de acordo com Lima (2006, p.21), “significa reconstruir a trajetória da luta em defesa da escola pública, laica, gratuita e de qualidade no Brasil”. A Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007, pela qual foi regulamentado, declara no artigo 2º que: “Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei”.

Este fundo é formado pelos recursos advindos dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, sendo distribuído de forma automática e periódica e serve para manter o bom funcionamento da educação básica, mantendo a valorização dos professores, abrangendo não somente o ensino fundamental, mas atendendo a todas as etapas da educação básica e possibilitando a diminuição da desigualdade dos recursos distribuídos entre as redes de ensino.

Indubitavelmente, assim como o Fundeb é um meio para garantir o investimento na educação básica, deve-se considerar que um investimento eficiente e adequado, fortalece o sistema educacional público e possibilita o cumprimento qualitativo e quantitativo das metas propostas para alcançar melhorias, diminuindo as disparidades sociais, pois, se não se assegura o direito à alfabetização, o princípio de desigualdade social e econômico no Brasil é agravado. O valor investido em cada aluno, por meio deste programa, ainda não é o valor adequado ou equitativo diante da redistribuição. Contudo, o Fundeb volta-se ao mais necessitado, e se houver um objetivo de ter-se uma política de redistribuição com mais equidade, mais ampliada, como um dos resultados, poder-se-á decrescer a exclusão que está presente correntemente em nosso país.

Entre 2016 e 2020, desenvolveu-se uma ampla discussão quanto à manutenção do FUNDEB, pois os setores mais conservadores da sociedade brasileira advogavam a não manutenção desse importante fundo para a educação básica. Havia a necessidade de uma alteração constitucional, pois do contrário, o FUNDEB expiraria em 31 de dezembro de 2020, visto que a vigência desse fundo é de quatorze anos. No dia 26 de agosto deste ano, foi promulgada a Emenda Constitucional 108 que torna o FUNDEB

permanente, havendo aumento de recursos de 10% para 23% (de forma gradual) da participação da União, ou seja:

Art. 60. A complementação da União referida no inciso IV do **caput** do art. 212- A da Constituição Federal será implementada progressivamente até alcançar a proporção estabelecida no inciso V do **caput** do mesmo artigo, a partir de 1º de janeiro de 2021, nos seguintes valores mínimos:²²
I - 12% (doze por cento), no primeiro ano;
II - 15% (quinze por cento), no segundo ano;
III - 17% (dezesete por cento), no terceiro ano;
IV - 19% (dezenove por cento), no quarto ano;
V - 21% (vinte e um por cento), no quinto ano;
VI - 23% (vinte e três por cento), no sexto ano.

Dessa forma, esperam-se melhorias em infraestrutura, sendo 15% do dinheiro destinado a essa ação, assim como, valorização dos profissionais com 70% do valor destinado ao pagamento de salários dos profissionais da educação, ocorrendo, também, um acréscimo na Constituição no Art. 206, inciso IX assegurando *“IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.”*²³

5.2- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi criado em 21 de novembro de 1968, pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, no qual, “Art. 1º É criado, com personalidade jurídica de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).”²⁴

Aqui estão alguns dos objetivos do FNDE:

a) financiar os programas de ensino superior, médio e primário, promovidos pela União, e conceder a assistência financeira aos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e estabelecimentos particulares; (Redação dada pelo Decreto -Lei nº 872, de 1969)

²²Artigo 60. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32602027/publicacao/32602062>
Acesso: em 8 de setembro de 2020.

²³ Artigo 206, inciso IX. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32602027/publicacao/32602062>
Acesso em 8 de setembro de 2020.

²⁴ Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10872.htm Acesso em 8 de fevereiro de 2021.

- b) financiar sistemas de bolsas de estudo, manutenção e estágio a alunos dos cursos superior e médio;
- c) apreciar, preliminarmente, as propostas orçamentárias das universidades federais e dos estabelecimentos de ensino médio e superior mantidos pela União, visando à compatibilização de seus programas e projetos com as diretrizes educacionais do governo. (Redação dada pelo Decreto -Lei nº 872, de 1969)

Resumidamente, o FNDE tem o propósito de executar a “maioria das ações e programas da Educação Básica do nosso País, como a alimentação e o transporte escolar, além de atuar também na Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior.²⁵”

6- Plano Nacional de Educação (PNE):

O Plano Nacional de Educação (PNE), foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014²⁶, e é definido como 20 metas estabelecidas para serem cumpridas até 2024, por se tratar de um plano que trespasa governos. O PNE tem como objetivo:

Universalizar a oferta da etapa obrigatória (de 04 a 17 anos), elevar o nível de escolaridade da população, elevar a taxa de alfabetização, melhorar a qualidade da educação básica e superior, ampliar o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais, democratizar a gestão e ampliar os investimentos em educação.²⁷

Dentre as vinte metas do PNE, a questão da alfabetização é tratada nas metas:

META 5 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental;

META 9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional;

²⁵ O que é e o que faz o FNDE? Todos pela educação. 26 de março de 2018. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-o-que-faz-o-fnde/>> Acesso em 8 de fevereiro de 2021.

²⁶ Lei nº 13.005/2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 5 de fevereiro de 2021.

²⁷ Plano Nacional da Educação em Movimento. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PNE,que%20significa%20que%20ultrapassa%20governos.>> Acesso em 5 de fevereiro de 2021.

Importa destacar, também, as metas que têm vinculação com os compromissos de alfabetização:

META 2 Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE;

META 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;

META 20 Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Diante de tantos objetivos a serem alcançados, em 2016, no governo Temer, foi aprovada a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 241 (ou 55), chamada também de PEC do Teto dos Gastos, na qual estabelece um limite para determinados gastos públicos durante 20 anos, com cifras corrigidas pela inflação, afetando, diretamente, e, principalmente, o Ministério da Educação, havendo um congelamento de recursos até o ano de 2037, penalizando os mais pobres, pois mesmo havendo outras formas de controlar os gastos públicos, esta foi a opção escolhida pelas autoridades para controle e pagamento da determinada dívida.

Em uma das falas, numa notícia do portal UOL²⁸, “o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator do projeto no Senado, afirmou que o texto não limita os investimentos nas duas áreas. “Esses valores, tanto para saúde e educação, são o piso. Se quisermos cortar outras receitas e alocar mais recursos [para saúde e educação], nós podemos fazer”, disse”. Em contraposição, o senador Humberto Costa afirmou: “O afundamento do Sistema Único de Saúde já tem data marcada: 2018”, relatando que, sim, tal controle afetará as áreas da educação e saúde.

²⁸ PEC do Teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/pec-que-congela-gastos-do-governo-por-20-anos-e-aprovada-em-votacao-final.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 5 de fevereiro de 2021.

A grande problemática é compreender que a PEC 241-55, sozinha, não resolve, mas faz-se necessária uma boa gestão dos gastos públicos, reformas e despesas não utilizadas de outras áreas que poderiam ser investidas em saúde e educação.

CAPÍTULO II: CAMINHANDO SE FAZ O CAMINHO: METODOLOGIA

De acordo com Chizzotti (1995, p.11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. A pesquisa é possível a partir de metodologias e meios que facilitem a aproximação com o objeto que está sendo estudado e os meios para a sua melhor compreensão. É por meio da ciência que questiona-se e descobre-se o porquê das coisas, ainda de acordo com Cervo e Bervian (2002, p.16), ela:

É um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário.

Pesquisar é questionar, trazer resposta às perguntas levantadas, aos fatos ocorridos, e que de acordo com Ander-Egg (apud Marconi; Lakatos, 2003, p. 155) é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”, devendo ser planejada, possuir organização, com a finalidade de apresentar um caminho, e, por fim, sua trajetória completa.

1- Natureza, meios e instrumentos da pesquisa:

A pesquisa desenvolvida apresenta uma abordagem qualitativa-quantitativa, explicada por Bento (2012, p. 2, apud BELL, 2004, p. 19-20), da seguinte forma: Os “investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles” enquanto que os investigadores qualitativos “estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo. Procuram compreensão, em vez de análise estatística”. Dessa forma, o autor conclui que, “[...], há momentos em que os investigadores qualitativos recorrem à técnicas quantitativas, e vice-versa”.

A natureza da presente pesquisa é quali-quantitativa, pois será realizada a partir de dados numéricos e análises do problema ora pesquisado, ou seja, sobre as (des)continuidades da alfabetização no Brasil, que ocorreram no período determinado 2015 a 2018, tendo como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A pesquisa utilizou como meio e instrumento de coleta de informações a análise de documentos. A pesquisa documental possibilitou o exame das informações contidas em documentos como: marcos regulatórios, leis, fontes estatísticas, publicações parlamentares e administrativas, e textos históricos que propiciaram responder ao problema de pesquisa estabelecido.

Sobre a análise documental Ludke e André (1986, p.38), explicam:

Embora pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Nesse sentido, a Análise Documental possibilitou o desenvolvimento do estudo sobre as políticas públicas de alfabetização de acordo com o recorte temporal apresentado.

2- Universo pesquisado

A pesquisa foi desenvolvida a partir dos documentos oficiais, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394/1996 (LDBEN - 9394/1996), leis, Decretos e Portarias, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394/1996 (LDBEN - 9394/1996), estabelecida como o lastro da educação brasileira, explicita os fins da educação nacional, sua organização e os níveis e modalidades do ensino a serem desenvolvidos no Brasil. O disposto na LDBEN - 9394/1996 é o fundamento para a análise dos dados da pesquisa que resultou neste trabalho.

O IBGE, fundado em 1934, foi idealizado pelo estatístico brasileiro Mário Augusto Teixeira de Freitas. O IBGE foi criado com o objetivo de realizar pesquisas e censos para apresentar estatísticas, informações demográficas e socioeconômicas da sociedade brasileira, e, que, de acordo com o site oficial do Instituto, “constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais

federal, estadual e municipal²⁹. Nesta pesquisa, o IBGE é um indispensável meio de informações quanto aos dados sobre a alfabetização e o analfabetismo no Brasil.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) além de levantar dados estatísticos obtidos a partir da realização de avaliações do sistema educacional brasileiro, produz pesquisas educacionais e coloca em prática políticas públicas necessárias ao enfrentamento do analfabetismo no Brasil.

Com essas fontes buscou-se elucidar sobre as políticas públicas educacionais no Brasil, voltadas para o enfrentamento do analfabetismo, sua elaboração, desenvolvimento e resultados. Nesse sentido, foram selecionados os seguintes programas para a pesquisa: Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e Programa Mais Alfabetização (PMALFA).

3- Metodologia de análise de resultados

Por se tratar de uma pesquisa, cujos instrumentos são documentos a serem categorizados e examinados, foi utilizada a metodologia da Análise Documental. Para Caulley apud Ludke e André (1986, p.38), “A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”. Helder (2006, p. 1,2) também afirma que “[...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”.

Como a pesquisa documental, “[...] propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos.” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 14), sua análise, de acordo com Cechinel, Fontana, Gustina, Pereira e Prado (2016, p.4): “[...] inicia-se pela avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo”.

Cellard (2012, p.299), quanto ao processo de análise acrescenta que, “[...] continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar”.

Os documentos utilizados na pesquisa foram analisados e interpretados, buscando sempre a produção de sentido, identificando as circunstâncias e motivações que tem causado avanços e/ou retrocessos na educação brasileira, com destaque para

²⁹ Site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “O IBGE”. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html#:~:text=O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia,governamentais%20federal%2C%20estadual%20e%20municipal.>> Acesso em 29 de julho de 2020.

a alfabetização/analfabetismo, que necessitam ser pontuados, levando em conta a história e a sociedade.

CAPÍTULO III: ANALISANDO AS (DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

Neste capítulo, buscou-se responder ao problema e aos objetivos de pesquisa, a partir de uma reflexão sobre os achados possibilitados pela investigação acerca das políticas públicas educacionais de alfabetização no Brasil, no período 2015-2018.

Como já visto, as políticas públicas são as ações dos governos (municipais, estaduais e federal), que se apresentam sob as diversas formas de programas e projetos. Nesse sentido, o processo investigativo, que resultou neste trabalho, buscou analisar as políticas públicas de alfabetização, da esfera federal, desenvolvidas e em desenvolvimento, no período delimitado para o estudo, a partir dos marcos legais e das informações fornecidas pelos órgãos oficiais.

1. Políticas públicas de enfrentamento ao analfabetismo no Brasil desenvolvidas e em desenvolvimento, no período de 2015 a 2018.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, políticas públicas educacionais foram criadas para que se pudesse enfrentar o analfabetismo no Brasil e, assim, obter resultados profícuos para a sociedade. Para melhor esclarecimento dos dados, diante da falta de informação e/ou acesso dos documentos, algumas fontes aqui dispostas, antecedem o período delimitado para estudo. Nesse sentido, segue o estudo das políticas públicas voltadas para o combate ao analfabetismo presentes no período estudado:

1.1 - Programa Brasil Alfabetizado (PBA):

Em 2016, de acordo com o Ministério da Educação, o PBA atendia 167 mil jovens, pontuando que:

2. Os cortes no programa foram feitos pelo governo Dilma Rousseff, que previu 1,5 milhão de alfabetizandos na Lei Orçamentária de 2016 e aprovou orçamento com cortes de R\$ 112 milhões para os programas Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Projovem, reduzindo o número de alunos atendidos pelo programa para 167 mil.³⁰

³⁰ Brasil Alfabetizado está sendo executado e atende 167 mil jovens. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33381-notas-oficiais/38821-programa-brasil-alfabetizado-esta-sendo-executado-e-atende-167-mil-jovens>> Acesso em 24 de maio de 2021.

Dessa forma, o atendimento diminuiu no decorrer dos anos, ou seja: “Em 2013/2014 foram atendidos 1.113.450 alfabetizandos; em 2014/2015 caiu para 718.961 alfabetizandos, e em 2015/2016 despencou para 167 mil alfabetizandos”. (Assessoria de Comunicação Social, 2016³¹)

Na realidade, a gestão Lula e Dilma foi a que mais recobrou esforços no combate ao analfabetismo, dando voz e oportunidades à classe excluída do Brasil, conseqüentemente, reduzindo as desigualdades, principalmente, no Nordeste, onde as taxas de analfabetismo são mais expressivas. De acordo com o site do Ministério da Educação (2005):

Os números mostram o sucesso do programa: em 2003, 1,6 milhão de pessoas passaram por ele e o orçamento foi de R\$ 168 milhões. Em 2004, os recursos foram da ordem de R\$ 172 milhões e 1,7 milhões de pessoas foram atendidas, superando a meta de beneficiar 1,6 milhão de brasileiros. Este ano (2005), são R\$ 220 milhões para atender 2,2 milhões de pessoas.³²

Foi quando, infelizmente, com cerca de 11,8 milhões analfabetos no Brasil (7,2%), em 2016, que o Brasil, por meio do governo Temer, sofreu tamanho retrocesso em sua área educacional.

Posto que o maior desafio do programa fosse investir em como pensar na continuidade destes estudantes, ele proporcionou a sobrelevação ao analfabetismo, que teve como o alvo a população de baixa renda e a que necessitava do auxílio do programa Bolsa Família. Seria com tal incentivo que, presumivelmente, assim seria seguido o ciclo do programa: a partir da alfabetização destes jovens, adultos e idosos, eles optariam por sua reinserção na educação, sua melhoria na escolaridade, no qual geraria maior empregabilidade, visando a saída da linha da pobreza e maior qualidade de vida. Todavia, infelizmente, o programa foi extinto no Governo Temer, o que se configura como uma descontinuidade, pois a solução não era a interrupção do programa, mas aprimorar aquilo que nele foi identificado como um desafio para o aperfeiçoamento e permanência dos estudantes inscritos. Percebe-se, portanto, a exclusão e o não-compromisso com a

³¹ Brasil Alfabetizado está sendo executado e atende 167 mil jovens. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33381-notas-oficiais/38821-programa-brasil-alfabetizado-esta-sendo-executado-e-atende-167-mil-jovens>> Acesso em 24 de maio de 2021.

³² BASTOS, Cristiano. **Brasil Alfabetizado é considerado sucesso no governo Lula**. Portal do Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/2858-sp-1598757489>> Acesso em 19 de julho de 2021.

parte mais necessitada e vulnerável da sociedade, tanto na atitude de não melhorar a política, como em sua extinção, forma mais lastimosa.

Vale lembrar a expressiva participação das universidades públicas brasileiras no desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado.

1.2 - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC):

O objetivo desta política articula-se com a “Meta 5” do Plano Nacional de Educação que pretende: *“Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3.º (terceiro) ano do ensino fundamental”*.

De acordo com o artigo 5.º da Portaria 867, de 4 de julho 2012, que institui o PNAIC, seus objetivos são:

- I- garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
 - II- reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
 - III- melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
 - IV- contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
 - V- construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.
- (BRASIL, 2012, p.22)

Ou seja, o PNAIC se propõe, além de alfabetizar, a desenvolver uma aprendizagem de qualidade, objetivando também o aperfeiçoamento docente e, conseqüentemente, a obtenção de melhores resultados para a alfabetização.

Conforme o documento introdutório do PNAIC, o compromisso com uma formação docente, se explica como:

O compromisso institucional (do Governo Federal e das secretarias de educação) reside principalmente na necessidade de promover espaços, situações e materiais adequados aos momentos de trabalho e reflexão, compreendendo que a formação continuada não é um treinamento no qual se ensinam técnicas gerais a serem reproduzidas. Se concebemos os professores como sujeitos inventivos e produtivos, sabemos que eles não serão repetidores em suas salas de aula daquilo que lhes foi aplicado na formação para orientar a sua nova prática. Sabemos sim que, a partir de diferentes estratégias formativas, eles serão estimulados a pensar sobre novas possibilidades de trabalho que poderão incrementar e melhorar o seu fazer pedagógico cotidiano.

(BRASIL, 2012, p. 27).

As contribuições do PNAIC impactam, diretamente, na formação continuada, que tem como resultado mudanças na prática de alfabetização, na rotina da sala de aula, assim como, nos planejamentos, nas estratégias didáticas e atividades adequadas.

Para análise da atuação do PNAIC foi criada a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA):

Essa avaliação está direcionada para unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do Ciclo de Alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, o Pacto constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização. (Avaliação Nacional da Alfabetização, 2013, p. 5)

Por meio da ANA, em outubro de 2017, com dados divulgados pelo Ministério da Educação, os números mostram o pouco avanço entre 2014 e 2016, ou seja, com cerca de 2.160.601 estudantes avaliados, na leitura e escrita, com 8 anos ou mais, sendo o nível 1 - elementar e o nível 2 - básico (níveis tidos como “insuficientes” para a avaliação), já o nível 3 - adequado e o nível 4 - desejável (considerados como suficientes para esta idade), os números obtidos foram de que, em 2016, em relação à leitura, cerca de 54,73% dos estudantes avaliados apresentavam insuficiência neste quesito. Já em relação à escrita, sendo o nível 1, 2 e 3 -elementar (considerados insuficientes) e o nível 4 - adequado e o 5 - desejável (considerados suficientes) os resultados obtidos foram de que “Em 2016, cerca de 34 % dos estudantes brasileiros apresentaram proficiência insuficiente na Escrita.³³” (BRASIL, 2017, p. 14)

Apesar dos dados, é fundamental pensar na importância do PNAIC para a alfabetização, vendo-o como um caminho necessário, mas não suficiente para dar conta da situação macro que se enfrenta no campo do analfabetismo, pois o programa dispõe-se a atender professores alfabetizadores, assim como, a inferir em suas práticas, enriquecendo-as, trazendo multiplicidade e qualidade, pois, muito além do alfabetizar, é basilar o alfabetizar bem. Ou seja:

A formação do professor não se encerra na conclusão do seu curso de graduação, mas se realiza continuamente na sua sala de aula, onde dúvidas e conflitos aparecem a cada dia. Uma das possibilidades de superação de dificuldades é a oportunidade de discutir com outros

³³ BRASIL, Ministério da Educação. Sistema de Avaliação da Educação Básica. Avaliação Nacional da Alfabetização. Edição de 2016. Brasília, DF: outubro de 2017. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/75181-resultados-ana-2016-pdf/file>> Acesso em 14 de junho de 2021.

profissionais da educação, o que pode favorecer a troca de experiências e propiciar reflexões mais aprofundadas sobre a própria prática. (BRASIL, 2012, p.17)

São estas as experiências proporcionadas pelo PNAIC, almejando uma forma de trazer trocas de situações vivenciadas pelos professores da educação básica, assim como, aprendizados e, também, conhecimentos relacionados à alfabetização e letramento correlacionados com o Sistema de Escrita Alfabético, visando a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, investindo na qualidade da formação dos professores.

1.3 - Programa Mais Alfabetização:

Este programa tinha o intuito de oferecer apoio ao processo de alfabetização dos estudantes de 1º e 2º anos do ensino fundamental e, também, tentou dialogar com a Meta 5º do PNE, assim como, com as Bases da Educação Nacional - LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Mesmo diante destes debates, o programa é iniciado em meio a um cenário desafiador com baixa progressividade na aprendizagem matemática e na área da alfabetização. De acordo com Moraes (2019, p.119):

O PMALFA centra-se no auxílio à prática de alfabetização para as escolas vulneráveis e escolas mais centrais (parâmetro utilizado para quantificar reembolso dos voluntários assistentes de alfabetização), tendo em vista o ranking de avaliação Brasileiros nas séries iniciais de 1º e 2º ano, na ação de leitura, escrita e alfabetização. Trata-se de programa com medidas paliativas, frente à precária qualidade educacional da Educação Básica brasileira.

É um programa que oferece auxílio ao professor, por meio dos voluntários/assistentes de alfabetização, que pode acompanhar minuciosamente os estudantes que necessitam de subvenção e progressão nas áreas de português e matemática.

Embora necessário, diante, também, das buscas pelos seus resultados e busca pelo contato responsável, não se obteve respostas específicas quanto aos avanços ou

retrocessos do programa, o que se sabe é que, em 2020, ainda não havia acontecido o PMALFA. Em 2019, numa reportagem do CBN³⁴, por Bruno Carraro, a notícia dada era de que o “*Governo Federal suspende recursos para o programa Mais Alfabetização... por tempo indeterminado.*”, e é mediante estes (des)caminhos e incertezas que segue este programa.

2- As políticas públicas de alfabetização e o Plano Nacional de Educação / 2014:

Em 2015, por meio da “Meta 9”, elaborada pelo Plano Nacional de Educação (2014), um de seus objetivos é o de: “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015”³⁵. Para a taxa de alfabetização, em 2014, faltava apenas 1,8% para o alcance da meta estabelecida, de acordo com os dados elaborados pelo PNE³⁶. O objetivo, em 2015, era obter cerca de 6,5% no número de analfabetos, o que não foi possível, chegando, por conseguinte, a atingir 8% conforme a Tabela 1, ou seja, 12, 9 milhões de analfabetos.

Sucessivamente, em 2016, o Brasil contava com 7,2% no número de analfabetos, ou seja, 11,8 milhões de pessoas. Já em 2017, o número caiu para 7%, cerca de 11, 5 milhões de pessoas, mas ainda estava acima da meta de 6,5%, estabelecida em 2015.

Em 2018, contava-se com 11, 2 milhões de analfabetos, referente à 6,8% da população, chegando à uma breve conclusão de que a meta intermediária não havia sido atingida, aumentando o desafio a ser enfrentado quanto ao analfabetismo, pairando, assim, uma inquietação e questionamento se conseguirá alcançar a erradicação em 2024, visto que, nem a meta intermediária havia sido alcançada, muito menos no ano posterior, em 2019, no qual o percentual publicado ainda era de 6,6% de analfabetos.

³⁴ CARRARO, Bruno. Governo Federal suspende recursos para o programa Mais Alfabetização. CBN, Londrina, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://cbnlondrina.com.br/materias/governo-federal-suspende-recursos-para-o-programa-mais-alfabetizacao>> Acesso em 12 de abril de 2021.

³⁵ Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em 6 de fevereiro de 2021.

³⁶BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório do 1 Ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/HOME/Downloads/RELAT%C3%93RIO%20DO%20PRIMEIRO%20CICLO%20DE%20MONITORAMENTO%20DAS%20METAS%20DO%20PNE%20-%20BI%C3%8ANIO%202014-2016.pdf> Acesso em 6 de fevereiro de 2021.

Nestes números, identifica-se a urgência de políticas, assim como, a necessidade do enfrentamento às desigualdades. De acordo com o Relatório de Monitoramento das Metas do PNE (2016, p. 231):

É necessário intensificar políticas públicas que incentivem a alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais e que estimulem a permanência e a conclusão da educação básica. Tal desafio assume contornos ainda mais complexos ao se considerar a situação dos residentes nas áreas rurais, dos mais pobres e dos negros, grupos nos quais é preciso avançar ainda mais, de modo a efetivar os objetivos da meta de forma equitativa.

O desafio é ainda maior nas regiões Nordeste e Norte, pois ainda em 2014, mediante as informações do Relatório de Monitoramento do PNE (2016, p. 217) “as regiões Sul (95,6%), Sudeste (95,4%) e Centro-Oeste (93,5%) atingiram a meta intermediária de 93,5% estabelecida pelo PNE para o ano de 2015, ao passo que as regiões Norte e Nordeste, que ainda não tinham alcançado o estabelecido, apresentavam, respectivamente, 91,0% e 83,4%.”

Em relação à “Meta 5”, por meio do Terceiro Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (BRASIL, 2020, p.36), realizada pelo INEP, as conclusões tidas em relação à proficiência em leitura foi de que, “cerca de dois terços dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental se concentram nos níveis 2 e 3 da escala nas duas edições da ANA (2014 e 2016)”, assim como, “cerca de 22% dos estudantes se encontram no nível mais baixo da escala (nível 1) e mais de 50% dos estudantes se concentram nos níveis 1 e 2 nas duas edições consideradas.”

Quanto à “Meta 9”, o resultado apresentado pelo INEP (2020, p. 51) foi de que “A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade do País (Indicador 9A) foi de 93,4%, praticamente alcançando, em 2019, a meta estabelecida para o ano de 2015 e estando 6,6 p.p. abaixo da proposta para 2024”.

Na “Meta 2”, foi alcançado para o ensino fundamental, em 2019, cerca de “98,1% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola, tendo praticamente sido universalizado o atendimento escolar da população nessa faixa etária” (p. 24). Já em relação à conclusão na idade recomendada, o Brasil apresentou “um índice de 78,4% em 2019, quando a meta estabelece para 2024 o índice de 95%. Para a meta ser atingida em 2024, será preciso que o indicador cresça, em média, 3,3 p.p. ao ano.”. (p. 24).

Quando se trata da formação de professores, na “Meta 15”, a porcentagem de professores com formação superior adequada à área que eles ensinam “aumentou no período, chegando em 2019 a 54,8% para educação infantil, 66,1% para os anos iniciais

do ensino fundamental” (p.70), mas, embora tenha ocorrido este crescimento, “os percentuais de adequação da formação docente apresentados em 2019 ainda se encontram distantes da meta de 100% das docências da educação básica em todo o País” (p. 70).

Ao fim e ao cabo, na “Meta 20”, quanto à ampliação do gasto público em educação pública em proporção ao PIB, ocorreu uma “pequena queda no período analisado (5,1% em 2015 e 2016 e redução para 5,0% em 2017 e no resultado preliminar para 2018).” (p.94), e, também, entre 2015 e 2017, “houve redução do gasto público em educação pública, passando de R\$ 344,7 bilhões em 2015 para R\$ 340,9 bilhões em 2017”. (p.90), diante da estagnação do PIB.

Quanto ao gasto público em educação em proporção ao PIB, que era de “5,5% em 2015, apresentou pequeno aumento em 2016 (5,6%) e redução para 5,4% nos anos seguintes”. (p.90). Já nos resultados destes gastos públicos em reais, eles aumentaram de “R\$ 375,1 bilhões em 2015 para R\$ 377,1 bilhões em 2016, mas depois apresentaram queda nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 368,8 bilhões em 2018. De 2015 a 2017, a queda real foi de 1,2%”. Tudo isso, também, tendo explicação mediante o resultado do PIB, ou seja, se a meta objetivou investir, no mínimo 7% do PIB, em 2019, e pretende investir 10% do PIB, em 2024, “os resultados observados de relativa estagnação dos gastos em torno de 5% e 5,5% do PIB”, é um grande desafio para cumprir tal proposta (que não foi alcançada nem em 2019) e oferecer uma educação de qualidade e forte para a sociedade brasileira.

3 - O analfabetismo no Brasil nos anos finais da segunda década do século XXI:

Diante de variadas políticas, programas, avaliações e indicadores, observa-se o substancial desafio do Brasil no que se refere a enfrentar o analfabetismo, desafio que se apresenta como um “Calcanhar de Aquiles”.

Diante de tais dados, tendo em vista, também, o enfrentamento do analfabetismo por parte de países da América do Sul, como o Uruguai, Chile e Argentina, vemos como ainda é expressiva a taxa de analfabetismo no Brasil, como mostra a tabela 2.

Tabela 2: Taxa de analfabetismo/Países da América do Sul

País	Número/%- Taxa De analfabetismo
Argentina ³⁷	641.000 / 1,9%
Brasil	11, 3 milhões / 6,8%
Chile ³⁸	516.960 / 3,6%
Uruguai ³⁹	48.280 / 1,4 %

Fonte: A pesquisadora.

Vale lembrar que o último censo da Argentina foi em 2010 e o último censo do Uruguai foi em 2017.

Desse modo, vê-se a urgência na mudança dessa situação histórica no Brasil, compreendendo que o processo da alfabetização não pode se resumir a ações assistencialistas, nem desenvolvida por pessoas pouco qualificadas. Mas, encarar o desafio, de desenvolver um processo de alfabetização/letramento, que assegure aos educandos o desenvolvimento das competências de ler e escrever, a partir da leitura do mundo, das práticas sociais, nas quais os educandos estejam inseridos.

Ainda em 2019, o Governo Bolsonaro extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), que tinha como objetivo “viabilizar o pleno acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças.⁴⁰”, no lugar da Secadi foi criada a Secretaria de Alfabetização (Sealf), com o intuito de “planejar, orientar e coordenar a implementação de políticas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos.⁴¹”, de acordo com o Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019.

A realidade é ímproba, no qual pessoas que ainda não desenvolveram a habilidade da leitura e escrita lidam todos os dias com a desigualdade, causada, por

³⁷ Ministerio de Salud y Desarrollo Social de la Nación y la Organización Panamericana de la Salud/2010.

³⁸Caracterización socioeconómica (Casen, 2015).

³⁹ Ministerio de Educación y Cultura/2017.

⁴⁰ Programas e Ações. Ministério da Educação. Disponível em: <[⁴¹ Secretaria de Alfabetização. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-alfabetizacao>> Acesso em 8 de fevereiro de 2021.](http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas#:~:text=Os%20programas%20e%20a%C3%A7%C3%B5es%20da,equidade%20e%20respeito%20%C3%A0s%20diferen%C3%A7as.> Acesso em 8 de fevereiro de 2021.</p></div><div data-bbox=)

vezes, por uma trajetória educacional interrompida e que não obteve incentivo à permanência escolar.

O Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), que sofreu tantas mudanças e embates diante de sua reformulação, é sinônimo de luta por investimento, fortalecimento e direito à educação com equidade. Em 2020, ele tornou-se permanente e conta com o reforço da União, que teve como consequência o aumento de sua contribuição financeira, que será gradativa, ou seja, apresentando-se como um avanço para a rede pública de ensino, que lida tanto com situações de vulnerabilidade social e econômica.

Desde março de 2020, no mundo, tem-se enfrentado um contexto de pandemia, devido ao novo Coronavírus, que acarretou no fechamento de escolas e na opção pelo ensino remoto/híbrido. Com isso, além das variadas áreas afetadas, uma delas tem sido a alfabetização, que já era um expressivo desafio, mas que acentua-se mediante as dificuldades, como: nem todos possuem uma boa internet ou não terem acesso à internet para acessar às aulas; o afastamento da escola e das professoras, que resulta na interrupção desta interação e processo de inserção escolar; e, também, na acentuação da dificuldade na compreensão, por parte do alfabetizando.

O necessário financiamento educacional é um dos caminhos para a melhoria na qualidade e implementação das políticas públicas educacionais, não podendo esquecer da formação docente continuada qualitativa, trabalhando as metodologias que um professor-alfabetizador pode adotar para o exercício de alfabetizar letrando.

Outro obstáculo a ser enfrentado no Brasil é a evasão escolar, percebidas, principalmente, como um desafio às pessoas adultas que estão analfabetas. Ações devem ser tomadas para que se vá além da matrícula nos programas de alfabetização, mas atinja-se a permanência, chegando-se à conclusão da escolaridade, para que, assim, sejam apresentados resultados profícuos, em outros termos, pessoas alfabetizadas.

Não é cortando gastos para uma área tão essencial que se avança educacionalmente, muito menos extinguindo programas. O analfabetismo custa. Ele custa oportunidades, uma vida ultimada, privações sociais, pois, como afirma Lajolo (2003, p. 5) “Ler, assim, para Paulo Freire, é uma forma de estar no mundo”, conseqüentemente, o analfabetismo custa o estar aqui inserido.

Conclusão

Ainda em 2018, 11,3 milhões (IBGE, 2018) de brasileiros analfabetos (6,8% da população) compunham o quadro da inflexão, no que se refere aos avanços das políticas públicas dirigidas à superação do analfabetismo, revelando pouca alteração entre os anos de 2015 e 2018, período destinado ao processo investigativo que resultou neste trabalho.

Foi realizado quase todo o percurso sobre a situação das políticas públicas educacionais de enfrentamento ao analfabetismo, a compreensão do campo conceitual da alfabetização e analfabetismo, o breve histórico da educação no Brasil e a identificação das políticas e programas destinados à alfabetização. Foi mediante esta identificação e toda a análise que percebeu-se alguns avanços e retrocessos no contexto das políticas públicas dirigidas à alfabetização, listados como: a falta de incentivo à matrícula e à permanência, ou seja, a assegurar a continuidade no processo educativo, observado, por exemplo, no Programa Brasil Alfabetizado, no qual, possivelmente, a assegurar desta continuidade, deveu-se a uma melhoria que este programa necessitava passar para dar prosseguimento aos estudos dos alfabetizandos, que podem ter sido “forçados” a deixarem tal processo diante daquilo que era urgente em suas vidas, como poder trabalhar para manter suas famílias, o cansaço, a baixa autoestima, que gera falta de confiança de que pode, sim, aprender a ler e escrever, assim como, falta de tempo para dedicar-se aos estudos, entre outras questões. No PNAIC, evidenciou-se os programas que se destacam por sua contribuição à alfabetização de cidadãos e cidadãs do Brasil, além da contribuição fundamental para a formação continuada dos professores e a importância das trocas e conhecimento sobre o SEA, abrangendo no conhecimento sobre o ciclo da alfabetização. Ainda no PMALFA, destacou-se a descontinuidade do programa que, embora ainda exista, está em suspensão, causada pela falta de recursos para tal; por fim, pauta-se os diversos desafios ainda existentes no século XXI - um analfabetismo de 6,6% a ser enfrentado, a alfabetização no contexto da pandemia que fizeram surgir maiores reveses e, no qual, ainda saber-se-á dos impactos, assim como, a falta de investimento adequado e eficiente para o fortalecimento da rede pública de ensino, para o combate das disparidades sociais no Brasil.

Todo o tratamento que a alfabetização recebeu listado no decorrer deste trabalho, fez-me lembrar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e quanto, por vezes, nossa

educação é tratada baseada em interesses governamentais. De acordo com Morais (2020, p. 66):

A Política Nacional de Alfabetização (doravante, PNA; cf. BRASIL, 2019) revela duas faces que estamos vivendo, quando o tema é política pública em Educação no Brasil: a face do autoritarismo e a da mercantilização. Sem nenhum debate, empresários e especialistas, que desde 2003 queriam impor o método fônico como única forma de alfabetizar (cf. BRASIL, 2003), se aliaram a um governo nada democrático, para contrariar esse direito constitucional que é o de escolas e docentes escolherem as metodologias que julgam adequadas para ensinar qualquer conteúdo de ensino, tanto na Educação Básica como na Superior.

A alfabetização é um compromisso sério que se tem com a sociedade e que não deve ser tratada de forma autoritária, mecanicista, sem considerar o professor como um profissional que pensa. Quando falamos em alfabetizar, falamos de métodos (e, não, “O método”), de estimular o pensar, estimular as inferências, aprender as práticas sociais da leitura, falamos de ser livre, pois a educação atingirá toda a vida de um indivíduo, ele aprenderá a ler o mundo.

Os resultados encontrados, mais do que responder, deixaram indagações e o interesse de pesquisar mais sobre a alfabetização e o letramento; a importância e influência da educação familiar, ou seja, a introdução das crianças num ambiente de letramento; os entraves na melhoria da infraestrutura escolar; os impactos da pandemia no contexto da alfabetização para o Estado, a escola e a família, e como atingem os percentuais; e, também, sobre as metas do PNE correlacionadas com a alfabetização, compreendendo os seus resultados e o porquê do não atingimento de algumas metas. Laconicamente, buscar compreender, explicar a dificuldade de se estabelecer no Brasil o compromisso com um ensino de qualidade e integral por parte do Estado.

Somente construímos uma boa base para os educandos, quando todos envolvidos no processo de alfabetização desempenham seus devidos papéis, pois reponsabilidade de alfabetizar bem não é somente do professor, mas de todos os que participam desta fase: a escola que precisa dar suporte e oferecer materiais adequados; a família precisa incentivar as crianças à leitura e escrita, proporcionando momentos de letramento com carinho, diversão e cumplicidade, mostrando o valor do crescimento deles nos estudos; e o Governo que deve criar políticas e programas em prol do cumprimento e crescimento dos estudantes educacionalmente. A educação é basilar para uma sociedade, é a garantia de avançar além do quantitativo, mas qualitativamente,

crescendo, em parceria, se houver uma boa relação família-escola, uma boa execução de papéis: Governo, Escola, pais, responsáveis, estudantes, todos em prol da progressão, enfrentando a educação como algo elementar, além dos discursos, mas na prática.

E mesmo diante de tantas discontinuidades, é importante lembrar de que, neste ano de 2021, comemora-se o centenário do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que deixou um legado de nunca desistirmos da luta em prol da educação, incentivando sempre o “esperançar”, afirmando que:

[...] é preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperançar. Por que isso? Por que tem gente que tem esperança do verbo esperar. Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. “Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva”. Já esperançar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperançar! (FREIRE, 2014, p.110-111)

É por meio da esperança que serão geradas reflexões e mudanças para lidarmos com os inúmeros desafios que encontramos em nossa jornada educacional, dando-nos combustível para vivermos o inédito. Esperançar dá-nos inspiração e nos move, colocando em prática a grande deixa do memorável Paulo Freire, em favor dos menos favorecidos, pensando em uma sociedade com menos desigualdade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do Leitor Colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. **1894-1974. A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996. p.545-601.

BRAGA, Ana Carolina.; MAZZEU, Francisco José Carvalho. **O analfabetismo no Brasil: lições da história**. **RPGE**– Revista on-line de Política e Gestão Educacional. v.21, n.1, p. 24-46, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/317678855 O analfabetismo no Brasil lico es da historia](https://www.researchgate.net/publication/317678855_O_analfabetismo_no_Brasil_lico_es_da_historia)> Acesso em 2020.

BRASIL. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)** : documento básico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 53.465**, de 21 de janeiro de 1964. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-norma-pe.html>> Acesso em 17 de junho de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 62.455**, de 22 de março de 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62455-22-marco-1968-403852-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 17 de junho de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 91.980**, de 25 de Novembro de 1985. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-norma-pe.html>> Acesso em 17 de junho de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.834**, de 8 de setembro de 2003. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4834-8-setembro-2003-457334-norma-pe.html>> Acesso em 17 de junho de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.093**, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6093-24-abril-2007-553444-norma-pe.html>> Acesso em 17 de junho de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 1º Ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf> Acesso em 6 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]**. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/521752/>> Acesso em 7 de maio de 2021.

BRASIL. Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**, Brasília, DF, junho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm> Acesso em 17 de junho de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, **Documento Orientador – PNAIC em Ação 2017**. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador_versao_final.pdf> Acesso em 12 de novembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>> Acesso em 12 de novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Avaliação Nacional da Alfabetização. Edição de 2016. Brasília, DF: outubro de 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/75181-resultados-ana-2016-pdf/file>> Acesso em 14 de junho de 2021.

BRASIL. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. **Instituição do Programa Mais Alfabetização**, Brasília, DF, fev. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/86401-portaria-142-2018-pmalfa002/file>> Acesso em 13 de maio de 2019.

BELL, J. **Como realizar um projecto de investigação**. 3ª edição. Lisboa: Gradiva, 2004.

BENTO, A. **Investigação quantitativa e qualitativa**: Dicotomia ou complementaridade?. Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira), nº 64, ano VII (pp. 40-43). ISSN: 1647-8975. 2012.

CECHINEL, Andre; FONTANA, Silvia Aparecida Pereira; GIUSTINA, Kelli Pazeto Della; PEREIRA, Antonio Serafim; PRADO, Silvia Salvador do. **Estudo/análise documental**: uma revisão teórica e metodológica. UNESCO, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/Junho 2016. Criar Educação – PPGE – UNESCO. Disponível em: <<file:///C:/Users/camil/Downloads/2446-7427-1-SM.pdf>> Acesso em 11 de junho de 2021.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERVO Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COOK-GUMPERZ, J. et al. **A construção social da alfabetização**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRANÇA, M. **Financiamento da Educação** – limites e avanços do Plano Nacional de Educação (2014-2024). *Holos*, ano 32, vol. 6.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Cruzando Fronteiras: Teoria, Método e experiências freireanas**. In: I Colóquio das Ciências da Educação, 2000, Lisboa. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1140>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

GADOTTI, Moacir. **MOVA**, por um BRASIL ALFABETIZADO. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir.; FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Editora Cortez, Instituto Paulo Freire, 1996.

GARCIA, M. **Um saber sem escrita: visão de mundo do analfabeto**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 75, p. 15-24, 1990.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO BRASIL. **Brasil Alfabetizado**: A partir de 2011, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) se integra também ao Brasil Sem Miséria, alfabetizando pessoas em situação de extrema pobreza e reduzindo diferenças econômicas e sociais. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/brasil-alfabetizado>> Acesso em 13 de maio de 2019.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

INAF. INAF – Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, 2005. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/wp->

<content/uploads/sites/2/2017/03/inafresultados2005.pdf>> Acesso em 17 de junho de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **PNAD Contínua: analfabetismo** caiu em 2017, mas segue acima da meta para 2015. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015> > Acesso em: 04 de maio de 2019.

LAJOLO, Marisa (Org.). **A importância do ato de ler**. São Paulo: Moderna, 2003.

LEITE, Flávia Regina; CADEI, Maria Magdalena Simmer. **Analfabetismo funcional: uma realidade preocupante**. Revista Científica do Instituto Idea. N° 01. Rio de Janeiro, setembro, 2016. Disponível em: http://ideiaeduc.com.br/uploads/revista/pdf/desm/7N.01.2016/7n.01.2016_013.analfabetismo_funcional.pdf> Acesso em 2020.

LIMA, Maria José Rocha. **FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: Avanços na universalização da educação básica**. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação**. Revista Mosaico. Volume 2. Número 3, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62786/61921>> Acesso em 01 de nov. de 2019.

MORAES, A. C. A. **Análise do programa mais alfabetização - precarização na formação e trabalho docente**. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, v.5, n.1, p. 109-126, Jan./Jun., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8336>> Acesso em 7 de fevereiro de 2021.

MORAIS, Artur Gomes de. **Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019**. Revista Brasileira de Alfabetização. Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 66-75, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>>

OLIVEIRA, Cátia Regina G. A. de. **João de Deus, a Cartilha Maternal e o ensino da leitura em Portugal**. História da educação. ASPHE/ FaE/ UFPel, Pelotas, 1998. p. 49-56. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30688>> Acesso em 06 de maio de 2019.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 18 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão; NAKANO, Marilena; JOIA, Orlando; HADDAD, Sergio. **Metodologia de alfabetização de adultos**: um balanço da produção de conhecimentos. Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.7, Brasília, ago/1993. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001780.pdf>> Acesso em 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/pnaic-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/>> Acesso em 13 de maio de 2019.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em 3 gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo. Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. “**A Primeira Escola Normal do Brasil**”. In: ARAUJO, J.C.S. FREITAS, A.G.B. e LOPES, A. P.C. (Orgs.) **As Escolas Normais no Brasil**: do Império a República. Campinas: Editora Alínea. 2008.